

DECLARAÇÕES E AUTORIZAÇÕES

DECLARAÇÃO DO ELEITO

Eu, _____,
CPF _____, tendo sido eleito para compor o Conselho de Administração da Cooperativa de Economia de Crédito de Livre Admissão dos Empregados dos Correios Ltda – Sicoob Coopercorreios, conforme a Assembleia Geral Ordinária de 25 de março de 2023, DECLARO ao Banco Central do Brasil que:

I - sou residente no País

II - sou associado da instituição para a qual fui eleito e preencho os requisitos estatutários de associação (exceto membros de diretoria constituída nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 130, de 2009, que não forem associados da cooperativa, e membros do comitê de auditoria);

III - não participo da administração nem detenho 5% ou mais do capital de:

- outras instituições financeiras, exceto cooperativas de crédito;
demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- empresas de fomento mercantil;

2. DECLARO, ainda, em relação às condições para o exercício do cargo para o qual fui eleito, especificadas nas questões de que tratam os incisos I a VII, o seguinte:

I - está impedido por lei especial, condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos?

Sim () Não ()

Ocorrências:

II - está declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio-administrador nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras,

sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários?

Sim () Não ()

Ocorrências:

III - responde, pessoalmente ou em relação a qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas?

Sim () Não ()

Ocorrências:

IV - está declarado falido ou insolvente?

Sim () Não ()

Ocorrências:

V - controlou ou administrou, nos dois anos que antecedem a eleição ou nomeação, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial?

Sim () Não ()

Ocorrências:

VI - responde, pessoalmente ou em relação a qualquer sociedade da qual tenha sido controlador ou administrador à época dos fatos, por processo crime ou inquérito policial?

Sim () Não ()

Ocorrências:

VII – responde por processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional?

Sim () Não ()

Ocorrências:

AUTORIZAÇÕES DO ELEITO

3. AUTORIZO, na análise das condições estabelecidas na Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, para o exercício do cargo para o qual fui eleito:

a) o Banco Central do Brasil a ter acesso a informações a meu respeito, constantes de qualquer sistema público ou privado de cadastro e informações, inclusive processos e procedimentos judiciais ou administrativos e inquéritos policiais, para uso exclusivo no exame do respectivo processo;

b) a Secretaria da Receita Federal do Brasil a fornecer, ao Banco Central do Brasil, cópias da "Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física", relativas aos três últimos exercícios, para uso exclusivo no exame do respectivo processo; e

c) o Banco Central do Brasil a realizar, inclusive durante o exercício do meu mandato, o tratamento e o uso compartilhado de dados pessoais de minha titularidade, inclusive daqueles considerados sensíveis, nos termos do art. 5º, inciso II, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e daqueles acobertados por outras espécies de sigilo, a exemplo do sigilo bancário de que trata a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. Declaro ainda estar ciente dos princípios que regem o tratamento de dados pessoais e dos direitos dos titulares dos dados previstos, respectivamente, nos arts. 6º e 18 da LGPD.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E ASSINATURA DO ELEITO

4. ASSUMO integral responsabilidade pela fidelidade das declarações ora prestadas – ficando o Banco Central do Brasil, desde já, autorizado a delas fazer o uso que lhe aprouver, nos limites legais, em juízo ou fora dele – e ESTOU CIENTE de que a falsidade nas declarações ou a omissão de informações poderá acarretar o indeferimento do pleito ou a posterior revisão da decisão de aprovação, conforme previsto no art. 5º, inciso II, e no art. 8º, inciso III, da Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, bem como configurar crime, sujeito à aplicação de sanções legais e regulamentares.

Belo Horizonte/MG, 25 de março de 2023.

Nome:

CPF:

DECLARAÇÃO DA COOPERATIVA

5. A Cooperativa de Economia de Crédito de Livre Admissão dos Empregados dos Correios Ltda – Sicoob Coopercorreios, inscrita no CNPJ 03.862.898.0001/03, responsabiliza-se pela veracidade das declarações prestadas pelo eleito e DECLARA:

a) ter conhecimento dos requisitos legais e regulamentares a que o eleito está sujeito para o exercício do cargo, bem como das hipóteses de inelegibilidade;

ter feito pesquisas a respeito do eleito em sistemas públicos e privados de cadastros e
b) informações e que ele cumpre os requisitos legais e regulamentares necessários para o exercício do cargo; e

c) ter sido autorizado(a) pelo eleito a ter acesso a qualquer informação, protegida por sigilo legal ou não, ou documentos relacionados à análise pelo Banco Central do Brasil do seu nome para o exercício do cargo e enquanto durar seu mandato, bem como a ter ciência da tramitação dos respectivos processos de autorização, monitoramento ou supervisão e obter cópias de documentos neles contidos, inclusive os que contenham dados de sua titularidade protegidos por qualquer espécie de sigilo, mesmo aqueles considerados sensíveis, nos termos do art. 5º, inciso II, da Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD).

Belo Horizonte/MG, 25 de março de 2023.

Mauro Eustáquio Inácio

Diretor Administrativo / Presidente do Conselho de Administração

Claudinei da Conceição Assis de Oliveira

Diretor Presidente